

SOCIEDADE

Estudo de Impacte Ambiental da Barragem do Sabor propõe solução com menor área alagada

“Santuário natural” em perigo

MANUEL ROBERTO

Pedro Garcias

O Estudo de Impacte Ambiental da Barragem do Sabor aconselha a hipótese de localização que implique “menor perturbação dos sistemas ecológicos” do santuário natural. Mas qualquer das duas possibilidades causará danos irreparáveis, alagando importantes terrenos agrícolas e destruindo cerca de 200 valores de interesse histórico, etnográfico e arqueológico.



A zona da Quinta das Laranjeiras, no Baixo Sabor, é uma das localizações que o Governo pondera para a construção da barragem

A EDP está confrontada com um dilema em relação ao aproveitamento hidroeléctrico do Baixo Sabor: se optar pela alternativa mais rentável para a empresa, optará também pela solução mais cara e com mais impactos negativos sobre o ambiente; se preferir a solução com menor impacto, o aproveitamento, apesar de mais caro, perde interesse económico. Para a primeira hipótese, o custo previsto do empreendimento é de 50 milhões de contos; a alternativa mais barata está estimada em 35 milhões.

A decisão final, que caberá sempre ao Governo, não deverá ser tomada antes das próximas eleições legislativas, mas a hipótese de o empreendimento não avançar, pelo menos com a gigantesca dimensão com que está projectado, ganhou alguma for-

ça com as primeiras conclusões do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), em fase de acabamento, e a cujas ideias principais o PÚBLICO teve acesso. Das duas possíveis localizações para o aproveitamento — uma situada a 7,5 quilómetros da foz do Sabor, outra a 12,5 km —, o consórcio responsável pelo EIA, a Agripro/Ecosistema, sugere que se opte pela segunda, por ser aquela que terá a menor área inundada e a “menor perturbação dos sistemas ecológicos”.

Também a cota de enchimento “é tanto menos prejudicial quanto mais baixa for, pois será menor a área afectada”. A cota do nível de pleno armazenamento da albufeira principal poderá variar entre um mínimo de viabilidade do projecto, que é

de 234 metros, e o máximo previsto, 250 metros. Na cota mais baixa, o armazenamento total de água útil previsto é de 630 hectómetros cúbicos.

Destruição de património

Outro dos pontos em discussão tem a ver com o contra-embalse previsto. Além da barragem principal, o projecto da EDP prevê a construção de uma segunda barragem, mais pequena, o tal contra-embalse, que servirá para regularizar os caudais turbinados no escalão principal. A dúvida está em saber se esta segunda barragem deverá ser equipada ou não — sendo equipada, significa que

podrá turbinar a água da sua albufeira para a albufeira do Douro situada a jusante (Barragem da Valeira), bem como transferir água da Valeira para montante, por bombagem, até à albufeira do escalão principal do Sabor. Para os autores do estudo, “as variações do nível da água da albufeira serão menores se o contra-embalse for equipado”. Quanto ao tipo de barragem, a preferência vai para a de betão, “não apenas pelo elevado nível de segurança que oferece, mas também porque exige um menor consumo de materiais inertes na sua construção e, ainda, por ser mais aceitável do ponto de vista da qualidade visual”.

Seja qual for a alternativa que vier a ser escolhida, o apro-

veitamento do Baixo Sabor terá sempre grandes impactos negativos. Para além de ir alagar significativas manchas de terrenos agrícolas, destruirá cerca de 200 valores de interesse etnográfico (moinhos, colmeias, construções rurais), histórico (pontes, capelas, santuários) e arqueológico (vários vestígios pré-históricos). O Santuário de Santo Atão da Barca (concelho de Alfândega da Fé) e as pontes da Portela e de Remondes (um notável imóvel que data do século XVII) são alguns dos bens que irão desaparecer com a barragem. Vai ser também submersa uma gravura rupestre do Paleolítico, embora António Martinho Batista, o presidente do Centro Nacional de Arte Rupestre, esteja

convencido de que algumas escarpas abruptas do Sabor escondem muitas mais gravuras.

Mas os piores impactos são de natureza ambiental. Oito a nove por cento de “habitats” prioritários nos termos da Directiva Habitats — documento legal que pretende assegurar a biodiversidade através da conservação dos “habitats” naturais e de espécies da flora e da fauna selvagens considerados de interesse comunitário — serão afectados. Como refere o consórcio que está a realizar o EIA, a zona que irá ser inundada “constitui uma área de características peculiares no contexto nacional”, devido à presença significativa “de relictos de forte cariz mediterrânico, como o zambujeiro, o buxo e a esteva, os carvalhais e azinhais densos e matos típicos associados às linhas de água”. O buxo, por exemplo, é um arbusto que, na sua forma selvagem, só existe no Sabor, beneficiando de condições ecológicas raras, devido à configuração do vale, muito encaixado.

Do ponto de vista da fauna, o vale do Sabor regista também uma grande diversidade de espécies, algumas protegidas internacionalmente, como o lobo, a toupeira-de-água, o chasco-preto, o abutre-do-egipto, o grifo, a águia-real, a águia-de-bonelli e a cegonha-preta. Ecológicamente, o Sabor “é um rio sagrado, um santuário natural notável”, que guarda nas suas margens uma património biológico “com um valor incalculável”, na opinião de Nuno Ferrand de Almeida, professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Resta saber se, na hora de decidir, o Governo será tão sensível ao valor ecológico do Sabor como o foi em relação ao valor arqueológico do Côa. ■

Armazenar água para o Douro

A IDELA de construir uma barragem no Baixo Sabor já tem quase 50 anos, mas este empreendimento só ganhou importância estratégica dentro do Sistema Eléctrico Nacional com a suspensão da barragem do Côa. O aproveitamento hidroeléctrico do Baixo Sabor está, de resto, a ser projectado para cumprir a mesma função que estava atribuída a Foz Côa, que é essencial, era o armazenamento de água para alimentar toda a cascata de barragens do Douro situadas a jusante (Pocinho, Valeira, Bagauste, Carrapatelo e Crestuma).

De um total de cerca de 475 hectómetros cúbicos que seria possível armazenar na albufeira de Foz Côa (armazenamento em condições de ser turbinado), cerca de 200 hectómetros cúbicos

constituam a chamada “reserva de emergência”. Nos períodos em que as aflúncias aos aproveitamentos do Douro nacional estivessem muito reduzidas, a reserva permitiria lançar na Barragem do Pocinho, e, conseqüentemente, em toda a cascata até Crestuma, um caudal que garantia alimentar, no conjunto das cinco centrais, uma potência de cerca de 800 megawatts nas horas de ponta e durante cerca de 18 dias úteis.

Para conseguir idêntico objectivo estratégico, o aproveitamento do Baixo Sabor foi dimensionado de modo a assegurar a existência de uma reserva de emergência de entre 240 a 550 hectómetros cúbicos, que permitirá alimentar a mesma potência de 800 mw apenas nas quatro centrais a jusante — a Barragem do Pocinho, si-

tuada a montante do Sabor, fica de fora.

Em termos de produção de energia, o Sabor não terá grande relevância no contexto nacional. Segundo dados fornecidos pela EDP, a produção esperada é da ordem dos 140 megawatts anuais, cerca de um por cento do total nacional. Em contrapartida, poderá constituir uma reserva de água de elevado valor estratégico, correspondente a mais de 630 hectómetros cúbicos (todos os aproveitamentos do Douro nacional têm apenas uma capacidade útil de 113 hectómetros cúbicos), que permitirá diminuir a dependência de Portugal face aos caudais vindos de Espanha.

O aproveitamento do Sabor poderá assumir também um papel importante no controlo das cheias no Douro, já que este rio, pelas suas

características torrenciais, contribui de forma significativa para a ocorrência de situações extremas.

Mas, apesar de todas estas vantagens, não é seguro que este empreendimento tenha rentabilidade económica suficiente. E não está ainda provado que a capacidade de produção de energia hidroeléctrica instalada seja suficiente para responder às necessidades do país. Além disso, o Governo não pode dizer que é preciso diminuir a dependência do Douro face a Espanha. Afinal de contas, o executivo de António Guterres tem dito que os caudais do Douro negociados no âmbito do novo convénio luso-espanhol sobre os rios internacionais satisfazem as necessidades nacionais... ■ P.G.